



Prisões e afetos: Um estudo sobre famílias de presos

Prisons and affections. A study on prisoners' families

João Trajano de Lima Sento Sé 

joao trajanosentose@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

 10.52521/opp.v23n2.16880

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 12/12/2025

Aprovação do trabalho: 23/02/2026

Publicação do trabalho: 02/03/2026

Resumo

O texto situa a tese de doutorado de Thais Duarte no campo mais geral dos estudos sobre prisões, destacando a centralidade dessa subárea no processo de consolidação dos estudos sobre violência e segurança pública no Brasil. A ideia é enfatizar o quanto essa pesquisa abria um leque importante de análise dos chamados estudos prisionais e como algumas intuições de Thais se revelariam promissoras para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Palavras-chave

Prisões. Direitos humanos. Violência. Sociologia das emoções.

Abstract

This text situates Thais Duarte's doctoral thesis within the broader field of prison studies, highlighting the centrality of this subfield in the development of the field of studies on violence and public safety in Brazil. The idea is to emphasize how much this research opened up an important range of analysis of so-called prison studies and how some of Thais' insights would prove promising for the development of future research.

Keywords

Prisons. Human rights. Violence. Sociology of emoticons.

Primeira aproximação

O advento de um campo de estudos em Ciências Sociais tem muito a dizer sobre o contexto em que ele se inscreve e sobre suas configurações subsequentes. Ele nos remete a maneiras como pesquisadores e intelectuais vinculados à nova área reagiram à percepção de um problema social até então ignorado ou não reconhecido como tal. Alternativamente, embora não de forma excludente, pode revelar como as Ciências Sociais, assim como outros campos de conhecimento, têm o poder de, quase demiurgicamente, engendrar e dar forma a questões até então inexistentes, ao menos do ponto de

vista sociológico.

A primeira perspectiva se alinha a uma visão quase funcionalista das Ciências Sociais, ou, para usar a terminologia de Richard Rorty (1988), uma orientação representacionista segundo a qual as coisas, da natureza ou da sociedade, estão aí para serem apreendidas pelo conhecimento científico que a elas conferem sentido e inteligibilidade. Pela segunda forma, assumimos que um problema só existe como tal quando assim é tratado analiticamente (Warnock, 1978; Weber, 1987).

Ambas as abordagens têm em comum a correlação entre aspectos epistemológicos, políticos e históricos em que o campo se institui enquanto tal. O desenvolvimento pelas Ciências Sociais de estudos do que viria a se tornar no Brasil a área de pesquisa em violência e segurança pública é um laboratório interessante para o exercício de se pôr em diálogo a configuração de um campo em sentido amplo, os contextos histórico e político em que se dá, e a trajetória daqueles que dela tomam parte. Por ser um campo de estudos que se institucionalizou no Brasil há relativamente pouco tempo, retomar seus primeiros passos pode equivaler para alguns a um exercício de memória autobiográfica e de encontros efetivamente ocorridos nas universidades e institutos de pesquisa.

Vista retrospectivamente, a criação da área de estudos em violência e segurança pública coincide com o processo de transição democrática, iniciado na segunda metade dos anos de 1970 e que resultou na promulgação da Constituição de 1988. Uma das primeiras frentes de pesquisa empírica do que viria a se constituir nesse campo começa a se configurar nas pesquisas seminais sobre o sistema carcerário no Brasil. Na realidade, dentre as instâncias do sistema de justiça criminal, o sistema carcerário foi provavelmente aquele que logo de início conheceu alguns dos trabalhos mais inovadores academicamente e engajados politicamente (Ramalho, 1979; Coelho, 1987).

No bojo da chamada transição democrática, a violação dos direitos humanos pelo Estado ocupou espaço significativo na agenda pública e foi um dos eixos principais de mobilização política das correntes que se batiam contra o regime autoritário então em vigor. Nessa vaga, os estudos sobre sistema prisional e população carcerária acabaram ocupando um lugar importante por várias razões. Afinal, o sistema carcerário brasileiro abrigou um contingente expressivo de presos políticos, condenados por violação das previsões da Lei de Segurança Nacional, forjada pelo regime autoritário com vistas a neutralizar opositores seus. No sistema, esses apenados foram sujeitos a toda sorte de violação de direitos, privação de garantias e tratamentos infames que foram se tornando públicos à medida que as bases do regime ruíam. As denúncias dessas violações revelaram-se compatíveis ao tratamento também reservado aos chamados presos comuns, ou seja, aqueles cujas penas não se caracterizavam por veiculação a movimentos políticos. Desse modo, os estudos e relatos sobre o sistema carcerário funcionaram como uma espécie de caso em que a discussão sobre direitos humanos foi se deslocando da

investigação sobre a violência de Estado perpetrada por motivações políticas para aquela praticada contra setores mais amplos da sociedade brasileira.

Assim, temos uma espécie de concomitância da abertura de uma agenda de pesquisas que converge em inúmeros aspectos a uma agenda política historicamente configurada. Podemos ver hoje, depois de algumas décadas, um volume bastante expressivo de massa crítica acumulada, linhas analíticas consolidadas e, juntamente a trabalhos que se tornaram paradigmáticos, um número expressivo de investigações não tão conhecidas que, no entanto, concorrem igualmente para a consagração de um campo. Cabe aos estudiosos, trazer à luz alguns dos aspectos com que certas obras contribuem para essa formação e atenuar o anonimato de muitos desses protagonistas. O estudo das prisões no Brasil é certamente um dos casos em que nossa literatura se encompou muito rapidamente e com trabalhos de grande qualidade.

Os apenados e seus afetos

Foi esse o campo de pesquisa em que Thais Duarte optou por se inscrever ao ingressar em sua última etapa de formação acadêmica, no curso de doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Em consonância com o engendramento do campo, essa escolha resulta da convergência de definição profissional e ativismo político.

Thais Duarte ingressou no curso de Ciências Sociais da Uerj no mesmo momento em que se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em conversas informais, ainda cursando a graduação, Thais dizia que sua prioridade era a escolha pelo direito e que as Ciências Sociais respondiam mais a uma curiosidade do que propriamente a um plano profissional. Com o passar dos semestres, as prioridades se inverteram e Thais sequer chegou a concluir o bacharelado na UFF, dedicando gradativamente maior energia à formação em Ciências Sociais até concentrar todos os seus esforços nesse campo.

A dupla inserção no início da formação de Thais poderia indicar relutância ou indecisão. Para quem teve contato com ela nesse período, no entanto, funcionava mais como um atestado da diversidade de interesses que cultivava. Ela pertence a uma geração que pode se beneficiar bastante da ampliação da oferta de bolsas de estudos e incentivos para estudantes universitários brasileiros, ocorrida a partir da virada do século XXI. Associada ao estímulo de criação de laboratórios e grupos de pesquisa que incorporassem estudantes de graduação, pós-graduação *latu sensu* e pós-graduação *strictu sensu*, essa política tem sido fundamental para que os estudantes sejam socializados desde muito jovens nas diferentes formas de realizar pesquisas. Para além do espaço

da sala de aula, os laboratórios e grupos de pesquisa formam pesquisadores, desde os passos iniciais dos estudantes, ainda na graduação. O potencial efeito perverso dessa prática é fazer com que esses mesmos estudantes, vinculados desde muito jovens a um grupo de pesquisa, se agarrem a uma bolsa e se filiem prematuramente a um campo de especialização. Não foi esse o caso.

Mesmo matriculada em duas faculdades, Thais desfrutou diferentes experiências de pesquisa no campo das Ciências Sociais. Foi bolsista de iniciação científica de Clarice Peixoto, antropóloga que desenvolvia investigação sobre envelhecimento e relações familiares. Após um breve período, trabalhou num núcleo de estudos sobre memória, coordenado pela socióloga Myriam Santos. Nessa segunda experiência, começou a se aproximar do que seria seu tema de tese de doutorado. À ocasião, Myriam desenvolvia pesquisa na Ilha Grande sobre o presídio já desativado e que abrigara ao longo de décadas apenas famosos, dentre os quais presos políticos de dois regimes de exceção: o Estado Novo e o regime militar fundado em 1964.

Foi ainda como pesquisadora do projeto desenvolvido em Ilha Grande que Thais se aproximou do Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj), também vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Uerj. Acredito que foi ali também que Thais, participando de várias pesquisas do núcleo, começou, ainda bem jovem, a amadurecer efetivamente como pesquisadora. Intuitiva ou deliberadamente, Thais pode se beneficiar dos estímulos institucionais existentes para traçar um percurso de amadurecimento em sua formação sem ser capturada pela tentação de concentrar-se prematuramente numa área de especialização específica de pesquisa.

No âmbito do LAV, Thais pôde incorporar à sua formação um aspecto relevante da formação do próprio campo em que o laboratório se inscreve. Como destacado anteriormente, o campo de estudos sobre violência e segurança pública é criado no Brasil com uma forte interface com o ativismo político. Essa é uma característica acentuada também na criação do LAV. Muito em função do perfil e da trajetória de seus fundadores, o LAV assumiu desde sua origem um caráter fortemente ativista. Alinhado ao espírito do que se consagrava no ambiente universitário, o LAV é desenhado como um espaço de pesquisa e extensão, focado na realização de investigações em bases científicas, na formação de pesquisadores imbuídos desse mesmo espírito e empenhado na construção de canais de interlocução com agências do poder público e da sociedade civil engajadas na formulação de políticas de segurança em bases democráticas.

Foi nesse último aspecto destacado no parágrafo anterior que o LAV assumiu, desde sua criação até os dias atuais, sua vocação extensionista, um dos três braços das atividades fins a que se destina a universidade. Nessa direção, firmou parcerias com atores da sociedade civil organizada, se dispôs, sempre que possível, a dialogar com agências do Estado, procurou ocupar espaço em fóruns coletivos ocupando cadeiras em co-

missões e conselhos temáticos. Foi assim que Thais atuou durante alguns anos como conselheira suplente, pelo LAV, no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Encampou esse papel com o mesmo empenho com que atuava nas pesquisas do laboratório ou acompanhava os cursos em que se encontrava regularmente matriculada. Essa experiência foi, certamente, tão importante quanto sua passagem pela Faculdade de Direito, seu trabalho em Ilha Grande e seu engajamento em diferentes pesquisas sobre violência e segurança pública para que ela decidisse realizar sua tese de doutorado focada no sistema carcerário.

Entre a sua colação de grau no curso de Ciências Sociais da Uerj e o início de seu doutoramento no PPCIS-Uerj, Thais, seguindo a lógica da experimentação e diversificação, realizou seu mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS), sob a orientação do professor Luiz Antônio Machado. À época, estimulávamos nossos alunos a circularem em outros ambientes para se socializarem com realidades institucionais diversas, perspectivas teóricas e dinâmicas intelectuais distintas. Dizíamos também, de forma um tanto galhofeira, que isso era importante para sentirem saudades de nós e quererem voltar. Inquieta, a mesma Thais que passara pelo curso de Direito, que frequentara dois outros laboratórios das Ciências Sociais da Uerj antes de se engajar ao LAV, seguiu nossos conselhos e foi para o IFCS. Foi, e voltou.

Como sugere Becker (2018), há uma participação muito maior do acaso em nossos percursos intelectuais do que gostamos de reconhecer. Certamente ele está presente na escolha do sistema carcerário como foco privilegiado para a realização da tese. Vista retrospectivamente, porém, essa escolha era coerente com várias contingências da trajetória de Thais até aquele momento. A experiência na Ilha Grande, o ativismo inerente ao LAV e o destaque da questão prisional no campo de estudos da segurança pública certamente conspiraram para que Thais decidisse por estudar a questão prisional. O enquadramento escolhido, contudo, certamente teve sua sensibilidade como vetor determinante.

O amor em cárcere

Uma das frases mais ouvidas por quem lida com familiares de presos reza que a pena por ele cumprida é extensiva a todo seu ciclo familiar, sobretudo no que diz respeito às mulheres na figura de mães, esposas, irmãs ou namoradas. O recorte de gênero aqui é importante. Enquanto mulheres apenadas são frequentemente abandonadas por seus cônjuges e afins (Soares e Ilgenfritz, 2002; Lemgruber, 1999), os presos do sexo masculino costumam ter nas mulheres de seu entorno um suporte importante para sua vida no cárcere. Não as ter equivale a uma condição de abandono com potenciais efeitos negativos em sua imagem no interior do sistema prisional.

Das mulheres de seu ciclo mais próximo os apenados recebem víveres, cigarros, notícias do mundo extramuros, mas, sobretudo, afetos. Não me recordo exatamente como ou quando Thais circunscreveu aí o foco de sua pesquisa de doutorado, mas certamente os insumos iniciais para a concepção da tese são anteriores ao início de seu curso. Certamente está no foco o estudo das mulheres de presos, de suas rotinas e de seu vínculo com o mundo prisional, um dos aspectos mais relevantes e, àquela altura, mais inovadores de seu trabalho.

Quando Thais começa a fazer sua pesquisa, já havia não somente uma literatura relativamente robusta sobre o mundo prisional, como também uma ou outra obra memorialística sobre a vida no interior do sistema prisional (Mendes, 2002; Lima, 1991). Admitir o caráter compartilhado do cumprimento da pena e incorporar seu caráter extensivo foi um passo importante para a robustez da pesquisa. Destacar os afetos mobilizados nesse enredo foi um elemento adicional decorrente da sensibilidade e atenção apurada da pesquisadora. Thais etnografou esses afetos.

Ao longo de muitos meses, ela frequentou as intermináveis filas de espera nos dias de visita. Interagiu, conversou, estabeleceu vínculos e despertou em si seus próprios afetos em relação às histórias e enredos que se foram tecendo ao longo das horas de espera. De algumas, visitou as casas, acompanhou os preparos para os encontros, a arrumação das quentinhas. Compartilhou pequenas confidências também. Foi capaz de divisar ternuras numa dinâmica ordenada para brutalizar. Recolheu relatos sobre as visitas íntimas, os diferentes exercícios e sexualidades praticadas no cárcere, conheceu os arranjos motivados pela escassez e que denunciam a inacreditável capacidade humana de lidar com a precariedade. Foi capaz, também, de divisar como esses mesmos afetos podem se converter em moeda e as emoções se tornarem instrumento de barganha e coerção. A partir daí pôde divisar o quão tênue são as fronteiras entre direitos e privilégios em contextos em que quase tudo é passível de negociação.

O intenso trabalho de campo foi propiciado em grande medida pela familiaridade que Thais já tinha com as questões relativas ao sistema carcerário e pela admirável disciplina e determinação, que certamente eram os traços mais proeminentes de sua relação com o trabalho acadêmico. Uma pesquisa empírica sólida, fundada por dados mais gerais do sistema e da população prisional fluminense, e reportada a um controle bem avançado da literatura especializada, seria o suficiente para que tivéssemos ao fim do doutoramento uma tese robusta. Thais, contudo, quis introduzir em seu trabalho um elemento comparativo.

O mais comum entre estudantes e pesquisadores brasileiros quando têm oportunidade de ir para o exterior é buscar um dos grandes e prestigiosos centros de pesquisa sociológica. Universidades estadunidenses ou situadas em algum dos países da

Europa Ocidental costumam, assim, ser os destinos mais procurados, e valorizados, por uma cultura acadêmica que ainda guarda, e cultiva, as marcas de ser periférico. Nesse aspecto verifica-se um desvio de rota importante. Dispondo de recursos para um breve período no exterior, Thais escolheu a Bolívia como destino para coleta de dados comparativos.

Não me recordo exatamente quais foram as razões por ela alegadas para a decisão, nem quanto tempo propriamente ela passou fazendo campo em La Paz. Como podemos atestar no corpo do texto, a viagem à Bolívia foi suficiente para que ela tivesse contato com dinâmicas de cumprimento de pena e de envolvimento familiar ainda mais radical. Familiares vivendo efetivamente a vida no cárcere, compartilhando uma rotina totalmente pautada pela lógica carcerária e em condições de precariedade equivalentes, embora diferenciadas do caso brasileiro, chamam a atenção e conferem contornos singulares ao resultado final da pesquisa.

Um traço adicional deve ser destacado no trabalho de Thais. O tema, o recorte escolhido e a abordagem formavam um coquetel perfeito para um resultado final apelativo, excessivamente emotivo ou indefensavelmente militante. Não encontramos nada disso no texto. O maior sinal de maturidade da tese de Thais está no tom adotado para descrever os dramas, os enredos e as mazelas das mulheres dos apenados. A análise é firme sem ser propriamente fria e as emoções funcionam como chaves analíticas que alargam o campo estudado.

Considerações finais

“Amor em cárcere: relações afetivas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro” foi defendida no ano de 2015. Trata-se de um trabalho que mobiliza diferentes recursos teóricos. Nele temos resenhada uma parcela significativa das pesquisas especializadas no estudo das prisões no Brasil. Há um pouco da literatura teórico/normativa que discute a própria pertinência do modelo punitivo. Há, também, um evidente controle sobre o método etnográfico e sobre algumas das principais discussões relativas ao campo da antropologia das emoções. Dez anos após a defesa, recordo-me do quão abertamente falamos das qualidades e fragilidades do trabalho. Eu mesmo, quebrando o que não deveria ser um protocolo, na qualidade de orientador, critiquei duramente a manutenção de um capítulo que me parecia absolutamente despropositado. Diante da insistência de Thais em mantê-lo, combinamos em um dos últimos encontros de orientação: ele será mantido e eu falarei, polidamente, o que penso dele.

Intimamente achava graça de uma insistência quase infantil advinda de uma pesquisadora que em vários aspectos se mostrava madura, compenetrada e dotada de uma boa capacidade de escuta. Imaginava, com razão, que compartilhara a produção

de uma pesquisa que deveria ser incorporada à bibliografia especializada sobre o cárcere no Brasil. Sigo pensando assim. Considerava também que tinha compartilhado a formação de uma pesquisadora com um futuro largo e brilhante pela frente. O futuro de Thais se revelou absurdamente curto, mas ainda assim ela deixou sua marca com sensibilidade e capacidade de articular. Com sensibilidade rara, a atividade intelectual e o compromisso público tiveram nessa curta trajetória uma espécie de atualização. A tese de doutorado de Thais atesta precocemente esse talento e deve ser inscrita no cânone dos estudos sobre prisões no Brasil.

Referências

- BECKER, Howard S. "Foi por acaso": reflexões sobre a coincidência. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 155–173, 2018.
- CASTRO E SILVA, Anderson Moraes. *Nos braços da lei: o uso da violência negociada no interior das prisões*. Rio de Janeiro: E+A Editora, 2008.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- DUARTE, Thais. *Amor em cárcere: relações afetivas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro; Petrópolis: ISEER; Vozes, 1991.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- WARNOCK, Mary. *Imagination*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1978.
- WEBER, Samuel. *Institution and interpretation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

Sobre o autor

João Trajano de Lima Sento Sé - Possui graduação em Ciências Sociais (1985) e em Licenciatura em Sociologia (1987) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado

em Comunicação (1989) pela mesma instituição, mestrado (1992) e doutorado (1997) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. É professor titular de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea, desenvolvendo pesquisas principalmente nos temas violência, cultura política, segurança pública e pensamento social brasileiro. <https://orcid.org/0000-0001-6963-806X>. joatrajanosentose@gmail.com. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, RJ